

# La evolución de los documentos de defensa en Brasil



**Prof. Dr. Jacintho Maia Neto**  
[jacintho@esg.br](mailto:jacintho@esg.br)



# CONTENIDO

---

-  **MARCO LEGAL**
-  **PLANEAMIENTO DE LA DEFENSA**
-  **LOS DOCUMENTOS DE DEFENSA**
-  **CONSIDERACIONES FINALES**



# CONTENIDO

---

-  **MARCO LEGAL**
-  PLANEAMIENTO DE LA DEFENSA
-  LOS DOCUMENTOS DE DEFENSA
-  CONSIDERACIONES FINALES



# MARCO LEGAL

DEFENDER LA PATRIA



APOYAR LA POLÍTICA EXTERIOR



CUMPLIR ATRIBUCIONES SUBSIDIARIAS



GARANTIZAR LOS PODERES CONSTITUCIONALES, LA LEY Y EL ORDEN



Art. 142





# MARCO LEGAL



**POLICÍA FEDERAL**



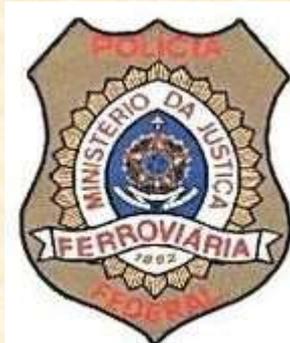
**POLICÍA FEDERAL DE  
CARRETERAS**



Art. 143  
Seguridad  
Pública

**POLICÍAS MILITARES (27)**

**POLICÍA FERROVIARIA  
FEDERAL**



**POLICÍAS CIVILES (27)**





# MARCO LEGAL



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999

Disponer sobre las normas generales para la organización, lo preparo y lo empleo de las Fuerzas Armadas



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 2 DE SETEMBRO DE 2004

Establece nuevas atribuciones subsidiarias para las Fuerzas Armadas.

O PRESIDENTE DA  
Complementar:



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

Creación del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas y definición de las atribuciones del Ministro de la Defensa

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:



# MARCO LEGAL



1996 - 2005



2008



2012



2016





# CONTENIDO

---

-  MARCO LEGAL
-  **PLANEAMIENTO DE LA DEFENSA**
-  LOS DOCUMENTOS DE DEFENSA
-  CONSIDERACIONES FINALES



# NUEVA ESTRUCTURA 2014





# NUEVA ESTRUCTURA 2014

MINISTRO  
DE LA  
DEFENSA

CONS MIL DEF

MB

EB

FAB

EMCFA

SECRETARIAS

SEORI

SEPROD

SEPESD

CENSIPAM



# PORTARIA NORMATIVA Nº 3.962/MD, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

## Aprueba la metodología del Sistema de Planeamiento Estratégico del Ministerio de la Defensa (SISPED)

**ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)**  
10 3268 - Militares e Brasileiros, 20 anos de Militares no Brasil  
De Brasil  
Hélio Maria Faria  
CNPJ/CNP: 548.163.603-78  
EI - Rio de Janeiro  
Módulo Complementar em R\$: 15.000,00

**PORTARIA Nº 191, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011**

**O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 6º da Portaria nº 126, de 29 de março de 2010, resolve:**

**Art. 1º -** Promover o plano de captação de recursos das projetos culturais, relacionados ao setor a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18

**CLETO ANJOSIM**  
**DESPACHO DECISÓRIO DO MINISTRO**  
Em 20 de dezembro de 2011

**Nº 27 - Processo nº. 00580.000964/2011-18. Interessado: Departamento de Controle de Espaço Aéreo (DECEA). Assunto: Autorização para execução da transferência de recursos nos termos do art. 2º da Decreto nº 3.580, de 26 de outubro de 2011. Teto da Fatoração nº 0025DCEA/2007. Entidade Concessionária: Departamento de Controle de Espaço Aéreo (DECEA). Entidade concessionária: Organização Institucional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (OITDCEA). Objeto: Elaboração de estudos, propostas de tecnologia associadas e desenvolvimento de atividades técnicas de planejamento e de implantação, relacionadas à aprovação do projeto e à gestão do sistema de processamento de arduidade e avaliação das tarefas de uso das comunicações e dos serviços de aviação aérea em roteiros, integrantes do Sistema de Controle de Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), visando o aperfeiçoamento das operações existentes, talis seu desenvolvimento com as atividades relacionadas ao Programa de Trabalho Recurso vinculado Análise de Manuseio de Regulação nº 06/AGT/2011, de 15 de dezembro de 2011, do Grupo de Trabalho coordenado pela Portaria MD nº 2.573, de 13 de novembro de 2011. Nota Conjunta nº 011/2011/Coord/Cont-MD, de 10 de dezembro de 2011, de Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa e Portaria nº 376291/COORD-DEVAGU, de 19 de dezembro de 2011.**

**Art. 2º -** Derrotar, ainda, estas matérias no âmbito interno da decisão proferida pela Turma da Câmara, observando-se as valências constitucionalmente pagas sob o mesmo RDEI, nos termos do artigo 17, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**V. ABR. ANTÔNIO FERNANDO MONTEIRO DEAS**  
**PORTARIA Nº 2.660/MDPM, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011**

**O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso de subdelegação de competência que lhe conferiu o artigo 6º Anexo II, da Portaria nº 345, de 19 de novembro de 2009, alterada pela Portaria nº 157, de 23 de dezembro de 2009, e o Decreto-Central do Pessoal da Marinha e considerando o pedido no Ofício nº 13.493/SOCCO-MD, de 2 de dezembro de 2011 do Ministério da Defesa, resolve:**

**Art. 1º -** Concluir que a alteração do estatuto público: IGP-6212123 JOSÉ FAUSTINO DOS SANTOS, portado do CPF nº 061.614.178-72, constante da Portaria nº 1002/MDPM, de 29 de janeiro de 2009, que o insere no regime do estatuto público, foi alterada pela Portaria nº 1760, de 19 de agosto de 2011, do Ministério de Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de agosto de 2011, e no Estatuto da Marinha do Brasil nº 12812, sendo

Art 2 La Sistemática de Planeamiento Estratégico Militar desarrollada por el Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, que mira el empleo operacional de las Fuerzas, deberá ser hecha en conjunto y coordinada con la nueva metodología del SISTEMA DE PLANEAMIENTO ESTRATEGICO DE DEFESA, en particular en los áreas de interés común.

**Portaria de captação: 0109/2011 e 31/12/2011**  
**RTIFICACÃO**  
Ratificar o valor do projeto na portaria de aprovação nº 0009/11 de 07 de janeiro de 2011, publicada no D.O.U. em 10 de janeiro de 2011, Seção I, referente ao Processo nº 01400.015014/2009-54, Projeto: "As Três Fitas" - Plano: 30 7045  
Cada no do Valor do projeto: R\$ 90.244,68  
Lata no: Valor do projeto: R\$ 90.240,00

**64503/RS JOAO CARLOS GONCALVES DA RICHIA, portado do CPF nº 066.996.390-68, constante da Portaria nº 1640/MDPM, de 9 de julho de 2004, que o insere no regime de estatuto público, foi alterado pela Portaria nº 2190, de 6 de outubro de 2011, do Ministério de Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 7 de outubro de 2011, e no Estatuto da Marinha do Brasil nº 32012, sendo em vista o processo no regime de estatuto público expedido mediante que se aplicam as regras retroativas concebidas anteriormente pela Portaria nº 208, de 29 de janeiro de 2004, do Ministério de Estado de Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de fevereiro de 2004, no sentido de reverter ao valor do subsídio a quantia de R\$**

**MARCELO DEIVEY DUPLICADOS em área e função, sua subdelegação. Foi aprovada a Ata de Inscrição anterior, distribuída nos termos do art. 21 do Regulamento Interno.**  
**REPRESENTAÇÃO**  
Nº 22.553/2010 - Acidente de variação ocorrendo a bordo "PIAPARAN" ocorrido no fer do Rio Transatlântico, município de Itaipava, Rio Grande do Sul, em 07 de novembro de 2010.  
Relator: Exmº Srº João Maria Crístina Pedreira Rivas  
Fora do: João Sérgio César Pezall, Autor e Procurador Especial de Marinha. Representador: Adriano Insiro Lemos (Constituído). Decisão: anulada a inconstância.



# SISPED



**PORTARIA NORMATIVA Nº 248/15, DE 11 DE JANEIRO DE 2015**

**Aprova a metodologia de Elaboração do Planejamento Estratégico de Defesa (ELED) no âmbito do Ministério da Defesa e de outras providências.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1 de 20 de janeiro de 2002, e do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso VII, alínea V, da Lei nº 11.033, de 26 de maio de 2002, resolve:**

**Art. 1º** Aprovar a metodologia de Elaboração do Planejamento Estratégico de Defesa (ELED) do Ministério da Defesa, no âmbito de Ação de um Plano Mensal.

**Art. 2º** O Plano Mensal Mensal e sua Aplicação serão elaborados, em seu âmbito, no Assessorato Especial de Planejamento (AEP) e no âmbito do Ministério da Defesa.

**Art. 3º** Este Plano Mensal será em vigor no dia de sua publicação.

**Art. 4º** Revoga-se o Plano Mensal nº 248/15, de 26 de dezembro de 2014.

**JANLEI ROBER**

**CCCLV nº 6, de 11 de janeiro de 2015, Capítulo 1, Página 1 de 1.**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**



**SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE DEFESA  
(SISPED)  
Método**



2015



# SISPED 2019

**PORTARIA NORMATIVA Nº 25/GM-MD, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

**Aprueba la Política Sectorial de Defensa 2020-2031 y el Mapa Estratégico del Sector de Defensa**

conferidas pel  
no art. 27, in  
considerando

**PORTARIA NORMATIVA Nº 26/GM-MD, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

**Aprueba la Estrategia Sectorial de Defensa 2020-2031 del Sector de Defensa**

Ar  
Estratégico de  
Portaria Norm

Ar  
teor, na Asses

Ar pelo art. 87, p  
incisos II e III,

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 24/GM-MD, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

**Aprueba la Identidad Estratégica del Sector de Defensa**

Ar  
I -

Ar  
consta no Proc

II -  
III -

Ar  
desta Portaria  
Ar

Ar  
Assessoria Esp

Ar  
Assessoria Esp

Ar  
2015, a contar

Ar  
2015, a contar

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27, incisos II e III, da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o que consta no Processo nº 60006.000167/2018-80, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Identidade Estratégica do Setor de Defesa, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º O Anexo a esta Portaria Normativa estará disponível, em seu inteiro teor, na Assessoria Especial de Planejamento e na rede interna do Ministério da Defesa.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Normativa nº 1.797/MD, de 25 de novembro de 2010.

Art. 4º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**FERNANDO AZEVEDO E SILVA**



# SISPED 2019

## MISION DEL SECTOR DE DEFENSA

Preparar las FFAA, mantenerlas en permanente estado de actuación inmediata para el empleo en la defensa de la Patria, en la garantía de los poderes constitucionales, en la ley y el orden; en el cumplimiento de las atribuciones subsidiarias y en apoyo a la política exterior, con la finalidad de contribuir con el esfuerzo nacional de defensa.

## VALORES DEL SECTOR DE DEFENSA

Civismo, Compromiso, Coraje, Disciplina, Ética, Jerarquía, Honor, Lealtad, Patriotismo y Profesionalismo

## VISION DEL SECTOR DE DEFENSA

Ser un participante efectivo en el esfuerzo de defensa nacional, con Fuerzas Armadas modernas y compatibles, adecuadamente preparadas y listas para su uso permanente.



IDENTIDAD ESTRATÉGICA DEL  
SECTOR DE DEFENSA  
PORTARIA NORMATIVA N° 24/GM-MD,  
DE 16 DE ABRIL DE 2019.



# NUEVA ESTRUCTURA 2014

MINISTRO  
DE LA  
DEFENSA

ASPLAN

MILITARES

MB

EB

FAB

EMCFA

SECRETARIAS

SEORI

SEPROD

SEPEDS

CENSIPAM



# SISPED

EMCFA



ASPLAN



## Planes Sectoriales

Plan Estratégico de Empleo Conjunto de las FFAA (PEECFA)

Plan Estratégico de Defensa (PED)

## Planes Subsectoriales

Planes Operacionales

Planes Estratégicos (MD-Adm Ctr, FA, HFA, ESG e IPC)



# PPA 2016-2019

---

## TEMAS ESPECIALES

- **Defensa Nacional**
- Democracia y mejora de la gestión pública
- Desarrollo regional y territorial
- Océanos, zona costera y Antártica
- Política del espacio
- Política externa y
- Política nuclear





# ALINHAMENTO





# CONTENIDO

---

-  MARCO LEGAL
-  PLANEAMIENTO DE LA DEFENSA
-  **LOS DOCUMENTOS DE DEFENSA**
-  CONSIDERACIONES FINALES



# DOCUMENTOS DE DEFENSA

---



## DINÁMICA DEL PLANEAMIENTO ESTRATÉGICO DE DEFENSA





# LA POLÍTICA





# DOCUMENTOS DE DEFENSA

## CONSEJO DE DEFENSA NACIONAL



VICE-PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA

PRESIDENTE DE LA CÁMARA DE DIPUTADOS

PRESIDENTE DEL SENADO

MINISTRO DE LA JUSTICIA

MINISTRO DE LA DEFENSA

MINISTRO DE LAS RELACIONES EXTERIORES

MINISTRO DEL PLANEAMIENTO

COMANDANTES DE LAS FUERZAS ARMADAS

CONGRESO NACIONAL  
Aprecia



PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA  
Aprueba



# CONSEJO DE DEFENSA NACIONAL

VICE-PRESIDENTE  
DE LA REPÚBLICA

PRESIDENTE DE LA CÁMARA  
DE DIPUTADOS

PRESIDENTE DEL  
SENADO

MINISTRO DE LA JUSTICIA

MINISTRO DE LA DEFENSA

MINISTRO DE LAS  
RELACIONES EXTERIORES

MINISTRO DEL  
PLANEAMIENTO

COMANDANTES DE LAS  
FUERZAS ARMADAS

## Art. 91 - CF 1988:

§1º Depende del Consejo de Defensa Nacional :

I - expresar una opinión sobre la declaración de guerra y la celebración de la paz bajo los términos de esta Constitución;

II - dar una opinión sobre el decreto del estado de defensa, el estado de sitio y la intervención federal;

III - proponer los criterios y condiciones para el uso de áreas indispensables para la seguridad del territorio nacional y dar su opinión sobre su uso efectivo, especialmente en la zona fronteriza y las relacionadas con la preservación y explotación de los recursos naturales de cualquier tipo;

IV - estudiar, proponer y monitorear el desarrollo de iniciativas necesarias para garantizar la independencia nacional y la defensa del estado democrático.

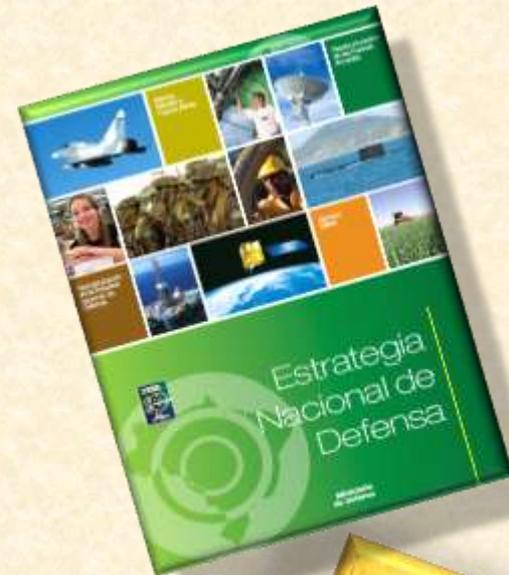


# DOCUMENTOS DE DEFENSA

---

EN 2008

**CON LA ELABORACIÓN DE  
LA ESTRATEGIA NACIONAL  
DE DEFENSA Y DESPUES  
CON EL CAMBIO DE LA  
POLÍTICA DE DEFENSA  
NACIONAL PARA LA  
POLÍTICA NACIONAL DE  
DEFENSA LOS  
DOCUMENTOS DE DEFENSA  
PASARAN AL NIVEL DE  
DOCUMENTOS DE ESTADO**





# 2012

---



## Documentos de Defensa Y el Congreso Nacional

**Brasília, 17/07/2012** – El Ministro de la Defensa, Celso Amorim, entregó al presidente del Congreso Nacional las versiones preliminares del Libro Blanco de Defensa Nacional (LBDN) y el Política Nacional de Defensa (PND) – antigua Política de Defensa Nacional, de 2005 – e de la Estratégia Nacional de Defensa (END), de 2008.



# 2012



## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 187

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de setembro de 2013



SEÇÃO



### DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2013

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de

Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, incluído pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, constam do Anexo deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de setembro de 2013.  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal



# 2012

---

El Decreto Legislativo N ° 373 del 25 de septiembre de 2013, en su evaluación de los documentos de defensa, al buscar [una definición de “Poder Nacional”](#), se refiere al utilizado por la Escuela de Guerra (en 2016, se incluyó la definición).



Sugiere que el término "Seguridad Nacional" debería incluirse en el PND, reemplazando el de Seguridad, pues entiende que ya "es hora de que la sociedad brasileña vuelva a discutir el tema, especialmente cuando las amenazas a la Seguridad Nacional del País se están desarrollando antes que nosotros".



# 2016

---

## Documentos de Defensa entregado al Congreso Nacional



El Gobierno entregó el LBDN, la PND e la END para apreciación del Congreso Nacional, en noviembre de 2016, correspondientes al período 2017/2020.



# 2016

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 241, segunda-feira, 17 de dezembro de 2018

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 179, DE 2018 (\*)**

**Aprueba la Política Nacional de Defensa,  
la Estrategia Nacional de Defesa y el  
Libro Blanco de Defesa Nacional**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 2 de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, constam do Anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 2018  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal

(\*) Os textos acima citados estão publicados no Diário do Senado Federal de 15/11/2018.

En su revisión de los documentos de defensa de 2016, la Legislatura solo sugiere que en el LBDN se estandarice los términos relacionados con el Sistema de Defensa Químico, Biológico, Radiológico y Nuclear.



# PND

---



2012

# POLÍTICA NACIONAL DE DEFENSA



2016



# **PUNTOS PRINCIPALES**

---

- **20 AÑOS DE LA POLÍTICA DE DEFENSA NACIONAL: VISIÓN NACIONAL, COMPROMISO NACIONAL Y PODER NACIONAL;**
- **ESTRUCTURA MÁS SIMPLES;**
- **DEFINICIONES CONSOLIDADAS: DEFENSA, SEGURIDAD Y PODER NACIONAL**
- **MANTIENE LA RELACIÓN ENTRE DESARROLLO Y DEFENSA**
- **POSICIONAMIENTO DE DEFENSA EN 18 PUNTOS**
- **"TRADUCE" METAS NACIONALES DE DEFENSA**
- **GLOSARIO**



# 2012

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	7	<b>II - Medidas de Implementação</b> .....	111
<b>POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA</b>		Contexto .....	113
<b>1. Introdução</b> .....	11	<b>Aplicação da estratégia</b> .....	119
<b>2. O Estado, a Segurança e a Defesa</b> .....	13	Hipóteses de emprego .....	119
<b>3. O ambiente internacional</b> .....	17	Emprego conjunto das Forças Armadas em atendimento às hipóteses de emprego .....	119
<b>4. O ambiente regional e o entorno estratégico</b> .....	21	Estruturação das Forças Armadas .....	123
<b>5. O Brasil</b> .....		Garantia da Lei e da Ordem (GLO) .....	129
<b>6. Objetivos nacionais de defesa</b> .....		Política de Defesa .....	129
<b>7. Orientações</b> .....		Políticas .....	131
<b>ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA</b>		Políticas .....	131
<b>I - Formulação Sistemática</b> .....		Políticas .....	132
Introdução .....		Políticas .....	132
Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento .....		Políticas .....	133
Natureza e âmbito da Estratégia Nacional de Defesa .....		Inteligência de Defesa .....	133
Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa .....	47	Segurança Nacional .....	134
Eixos Estruturantes .....	65	Operações internacionais .....	136
Objetivos estratégicos das Forças Armadas .....	67	Estabilidade regional .....	136
A Marinha do Brasil .....	67	Inserção internacional .....	137
O Exército Brasileiro .....	75	Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) .....	138
A Força Aérea Brasileira .....	85	Base Industrial de Defesa .....	145
Os setores estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear .....	93	Infraestrutura .....	146
A reorganização da Base Industrial de Defesa: desenvolvimento tecnológico independente .....	99	Envolvimento .....	148
O Serviço Militar Obrigatório: composição dos efetivos das Forças Armadas e Mobilização Nacional .....	107	Recursos humanos .....	151
Conclusão .....	109	Comunicação social .....	152
		Disposições finais .....	153

153





# 2016

## SUMÁRIO

Apresentação – PND e END	2
<b>POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA</b>	<b>3</b>
1 INTRODUÇÃO	4
2 O CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	5
2.1 Fundamentos	5
2.2 O ambiente nacional	6
2.3 O ambiente internacional	8
3 CONCEPÇÃO	11
4 OBJETIVOS	12
5 CONSIDERAÇÕES	14
<b>ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA</b>	<b>15</b>
1 INTRODUÇÃO	16
2 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA	17
3 FUNDAMENTOS	18
3.1 Poder Nacional	18
3.2 Ações de Diplomacia	23
3.3 Setor de Defesa	24
4 ESTRATÉGIAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA	32
GLOSSÁRIO	43

43

43





# COMPARATIVO DE LOS OND

1996 (PDN)	2005 (PDN)	2012 (PND)	2016 (PND)
<b>Garantizar la soberanía, preservar la integridad territorial, el patrimonio y los intereses nacionales.</b>	<b>La garantía de soberanía, patrimonio nacional e integridad territorial.</b>	<b>Garantizar la soberanía, el patrimonio nacional y la integridad territorial.</b>	<b>Garantizar la soberanía, el patrimonio nacional y la integridad territorial.</b>
<b>La garantía del estado de derecho y las instituciones democráticas.</b>			<b>Contribuir a preservar la cohesión y la unidad nacionales.</b>
<b>La preservación de la cohesión y la unidad de la nación.</b>	<b>Contribución a preservar la cohesión y la unidad nacional</b>	<b>Contribución a preservar la cohesión y la unidad nacional</b>	
	<b>La promoción de la estabilidad regional.</b>	<b>Contribuir a la estabilidad regional.</b>	<b>Contribuir a la estabilidad regional y la paz y seguridad internacionales.</b>
<b>Contribución al mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales.</b>	<b>Contribuir al mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales.</b>	<b>Contribuir al mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales.</b>	



# COMPARATIVO DOS OND

1996 (PDN)	2005 (PDN)	2012 (PND)	2016 (PND)
<b>La salvaguarda de personas, bienes y recursos de brasileños o bajo jurisdicción brasileña</b>	<b>La defensa de los intereses nacionales y de la población, bienes y recursos brasileños en el exterior.</b>	<b>Defender los intereses nacionales y los brasileños, bienes y recursos en el extranjero.</b>	<b>Salvaguardar personas, bienes, recursos e intereses nacionales en el extranjero</b>
<b>La búsqueda y el mantenimiento de los intereses brasileños en el exterior.</b>			
<b>La proyección de Brasil en el concierto de naciones y su mayor inserción en el proceso internacional de toma de decisiones.</b>	<b>La proyección de Brasil en el concierto de las naciones y su mayor inserción en los procesos internacionales de toma de decisiones.</b>	<b>Intensificar la proyección de Brasil en el concierto de naciones y su mayor inserción en los procesos internacionales de toma de decisiones.</b>	<b>Contribuir al aumento de la proyección de Brasil en el concierto de naciones y su inserción en los procesos internacionales de toma de decisiones.</b>



# COMPARATIVO DE LOS OND

1996 (PDN)	2005 (PDN)	2012 (PND)	2016 (PND)
		Mantener FA moderna, integrada, capacitada y equilibrada, con una profesionalización creciente, operando de manera conjunta y adecuadamente desplegada en el territorio nacional.	Garantizar la capacidad de defensa para el cumplimiento de las misiones constitucionales de las Fuerzas Armadas
		Estructurar las Fuerzas Armadas en torno a las capacidades, equipándolas con personal y material compatible con la planificación estratégica y operativa.	
		Desarrollar la industria de defensa nacional, orientada hacia la autonomía de tecnologías indispensables.	Promover la autonomía productiva y tecnológica en defensa.
		Desarrollar el potencial de la logística de defensa y la movilización nacional.	
		Concienciar a la sociedad brasileña sobre la importancia de los asuntos de defensa del país.	Ampliar la participación de la sociedad brasileña en los asuntos de Defensa Nacional.



# COMPARATIVO DE LOS OND

---

1996 (PDN)	2005 (PDN)	2012 (PND)	2016 (PND)
7 OBJETIVOS	6 OBJETIVOS	11 OBJETIVOS	8 OBJETIVOS

**Se observa un lineamiento de los OND al largo del tiempo.**

**Lo que sugiere:**

- Que hay una planificación a largo plazo; y**
- objetivos permanentes.**

**Los documentos de defensa deben ser documentos ESTATALES y no documentos GUBERNAMENTALES (PPA).**



# END

---



2012

# ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFENSA



2016



# PRINCIPALES PUNTOS

---

- **ESTRUCTURA MÁS SENCILLA**
- **PROYECCIÓN DE PODER: F EXPD (MB y EB)**
- **ALIENTA A LA INDUSTRIA NACIONAL DE DEFENSA**
- **MANTIENE LA RELACIÓN DE DEFENSA Y DESARROLLO**
- **MANTIENE LOS SECTORES DE DEFENSA ESTRATÉGICA**
- **ESTABLECE CAPACIDADES NACIONALES DE DEFENSA**
- **RELACIONA LOS OBJETIVOS DE DEFENSA NACIONALES CON ESTRATEGIAS DE DEFENSA (DE) Y ACCIONES A REALIZARSE (ACCIONES ESTRATÉGICAS DE DEFENSA)**



# SETORES ESTRATÉGICOS

---

1

**Nuclear**



2

**Cibernético**



3

**Espacial**





# LINEAMIENTO

## OND - ED - AED

---

**OND-2: ASEGURAR LA CAPACIDAD DE DEFENSA PARA CUMPLIR LAS MISIONES CONSTITUCIONALES DE LAS FUERZAS ARMADAS**

<b>ESTRATÉGIA DE DEFENSA</b>	<b>ACCIÓN ESTRATÉGICA DE DEFENSA</b>
<b>ED-3</b>	<b>AED-12 Estructurar las Fuerzas Armadas en torno de capacidades.</b>
<b>Dimensionamiento del Sector de Defensa</b>	<b>AED-15 Incrementar las capacidades de las Fuerzas Armadas para empleo conjunto.</b>



# **CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFESA**

---

## **1. Capacidad de Protección**

- soberanía, patrimonio nacional, integridad territorial e intereses nacionales en el extranjero

## **2. Capacidad de Disuasión**

- desestimulo a las agresiones: basadas en la aplicación de las capacidades de protección y respuesta inmediata

## **3. Capacidad de Respuesta Inmediata**

- empleo del poder nacional

## **4. Capacidad de Coordinación y Control**

- ambiente conjunto y interagencial



# **CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFENSA**

---

## **5. Capacidad de Gestión de la información**

- Sistema de Inteligencia, Ministerios, genera anticipación de las acciones

## **6. Capacidad de Movilidad Estratégica**

- infraestructura logística

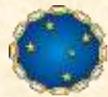
## **7. Capacidad de Movilización**

- personal: Servicio Militar Obligatorio
- material: base industrial de defensa



# CONTENIDO

---



MARCO LEGAL



PLANEAMIENTO DE LA DEFENSA



LOS DOCUMENTOS DE DEFENSA



**CONSIDERACIONES FINALES**



# **DINÂMICA DE LAS CAPACIDADES**

---

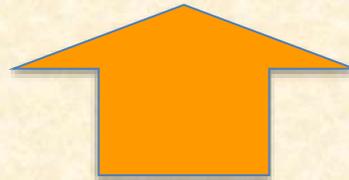
**CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFENSA**



**CAPACIDADES MILITARES DE DEFENSA**



**Plan de Articulacion y Equipamientos de Defensa (PAED)**



**BASE INDUSTRIAL DE DEFENSA**



# NUEVAS CAPACIDADES



# MUCHAS GRACIAS



**Prof. Dr. Jacintho Maia Neto**  
[jacintho@esg.br](mailto:jacintho@esg.br)